



**STATE GRID**  
BRAZIL POWER PARTICIPAÇÕES S.A.  
国网巴西电力股份公司

# State Grid Brazil Power Participações S.A.

CNPJ nº 26.002.119/0001-97

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da State Grid Brazil Power Participações S.A., sociedade constituída com objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma, submeteu à apreciação dos Senhores acionistas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emittidas. A receita operacional consolidada da Companhia apresentou um aumento de 26,9% em relação a 2020, e o lucro operacional consolidado aumentou em 42,1% quando comparado ao lucro do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 170.629 para reserva legal, R\$ 1.078.229 para reservas de lucro e R\$ 1.078.229 para reservas de lucro não realizado.

### Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	407.180	1.950.900	2.610.344	5.870.726	Fornecedores	17	351	110	4.269.949	3.909.627	
Títulos e valores mobiliários	6	58.685	-	644.544	1.872.079	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.239.431	2.789.406	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	5.425.177	5.206.854	Debêntures	19	-	-	1.788.125	1.191.206	
Estoques		-	-	150.867	96.182	Entidade de previdência privada	20	-	-	604.254	199.803	
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	12.067	725.560	134.613	80.647	Taxas regulamentares	21	-	-	551.966	108.371	
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		-	2.409.561	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	10.055	2.011	298.486	93.481	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	5.314	5.579	102.502	93.374	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	1.716	490	888.581	874.242	
Outros tributos a compensar	8	2.372	43	378.052	337.371	Dividendo		-	-	100.475	182.576	
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	-	1.288.824	-	Obrigações estimadas com pessoal		-	-	165.074	133.429	
Derivativos	32	-	-	357.350	744.660	Derivativos	32	-	-	5.067	1.354	
Ativo financeiro setorial	9	-	-	2.373.727	558.884	Passivo financeiro setorial	9	-	-	-	41.514	
Ativo contratual	15	-	-	845.025	24.833	Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	-	2.046	19.946
Outros ativos	12	84	128	1.718.433	883.952	Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	-	16.212	12.573
<b>Total do circulante</b>		<b>485.703</b>	<b>5.091.771</b>	<b>16.029.458</b>	<b>15.769.562</b>	PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	7.859	8	1.938.297	1.708.955	
<b>Não circulante</b>						Outras contas a pagar	24	19.981	2.619	12.926.571	11.266.486	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	259.173	828.314	<b>Total do circulante</b>						
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	30	2.518.207	-	-	-	<b>Não circulante</b>						
Depósitos judiciais	23	-	-	858.981	764.760	Fornecedores	17	-	-	408.082	456.658	
Títulos e valores mobiliários	6	927.988	-	927.988	-	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	12.205.793	8.607.194	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	117.332	35.415	Debêntures	19	-	-	6.164.877	6.211.123	
Outros tributos a compensar	8	-	-	286.498	218.348	Entidade de previdência privada	20	-	-	2.860.176	2.759.826	
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	-	7.936.570	150.632	Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	232.603	165.900	
Ativo financeiro setorial	9	-	-	816.748	108.908	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	-	-	6.092	839	
Derivativos	32	-	-	990.491	1.340.113	Reserva legal	10	-	-	1.044.586	853.830	
Créditos fiscais diferidos	10	-	-	783.121	1.136.369	Reserva de lucros	23	-	-	2.675.045	2.306.557	
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	13.281.686	10.356.153	Reserva de lucros não realizados	9	-	-	-	185.592	
Outros ativos	12	-	-	199.500	172.140	Resultado abrangente acumulado	25	-	-	28.500.700	29.394.543	
Investimentos	13	24.588.773	24.305.378	2.608.147	2.570.058	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	6.780.223	5.384.295	
Imobilizado	14	10	12	11.679.040	11.945.739	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>28.500.700</b>	<b>29.394.543</b>	<b>35.280.923</b>	<b>34.778.839</b>	
Intangível	16	-	-	21.189.254	20.983.953	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>28.520.681</b>	<b>29.397.162</b>	<b>83.804.965</b>	<b>68.223.369</b>	
Ativo contratual	15	-	-	5.840.981	1.842.905							
<b>Total do não circulante</b>		<b>28.034.978</b>	<b>24.305.390</b>	<b>67.775.507</b>	<b>52.453.806</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros		Resultado abrangente	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital legal					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	29.347.107	(2.095.621)	157.971	1.485.191	1.485.191	(858.381)	29.521.458
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	(335.852)	2.410.070
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.410.070
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	(2.716)	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(333.136)	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	120.504	1.155.826	1.155.826	(21.385)	(2.410.771)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(21.385)	21.385
Constituição de reserva	-	-	120.504	1.155.826	1.155.826	-	(2.432.156)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	(107)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	(1.834)	-	(1.100.000)	(1.100.000)	701	(2.201.133)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.834)	-	-	-	-	1.834
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	701	701
Dividendo	-	-	-	(1.100.000)	(1.100.000)	-	(2.200.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	29.347.107	(2.097.455)	278.475	1.541.017	1.541.017	(1.215.618)	29.394.543
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	(114.285)	3.412.573
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.412.573
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	3.412.573
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(29.629)	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	170.629	1.078.229	1.078.229	(23.660)	(2.303.426)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(23.660)	23.660
Constituição de reserva	-	-	170.629	1.078.229	1.078.229	-	(3.227.086)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	(212)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	(1.984)	-	(1.540.500)	(1.540.500)	1.984	(3.462.697)
Combinação de negócios (nota 13.4)	-	-	-	-	-	-	1.984
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.984)	-	-	-	-	1.984
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	854	854
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	(1.110.000)	(130.996)
Dividendo	-	-	-	(1.540.500)	(1.540.500)	-	(3.081.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	29.347.107	(2.099.439)	449.103	1.078.746	1.078.746	(1.353.563)	28.500.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como sociedade de participações (Holding) de instituições não financeiras, com participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras na qualidade de sócia ou de qualquer outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). A sede administrativa do Grupo está localizada na Rua Gustavo Armbrust, 36, 10º andar, Vila Nova Campinas - Campinas - SP - Brasil. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Participação	Localização/Área	Nº de consumidores	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Indireta	Interior de São Paulo	234	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Indireta	Interior e litoral de São Paulo	27	30 anos	Outubro de 2028
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE")	Indireta	Interior do Rio Grande do Sul	381	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Santa Cruz")	Indireta	Interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais	45	30 anos	Julho de 2045

Geração de energia	Participação	Localização (Estado)	Nº usinas/ tipo de energia	Total	Participação CPFL
CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 83,71%	(b)	(b)	(b)
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 54,41%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360
Foz do Chapeco Energia S.A. ("Foz do Chapeco")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 42,69% (c)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 40,78%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 20,94%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	690
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 44,65%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 50,17% (a)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903

Transmissão de energia	Participação	Localização (Estado)	Nº de consumidores	Total	Participação CPFL
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	Ceará	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	Santa Catarina	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	Rio Grande do Sul	n/a	n/a
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEET-T ("CPFL Transmissão") (d)	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 55,31%	Rio Grande do Sul	n/a	n/a
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 52,12%	Rio Grande do Sul	n/a	n/a

Comercialização de energia	Participação	Localização (Estado)	Nº de consumidores	Total	Participação CPFL
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Cilon Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda. ("CPFL Infra")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda. ("CPFL Pessoas")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda. ("CPFL Finanças")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Nect Serviços Adm. de Suprimentos e Logística Ltda. ("CPFL Supre")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Atendimento de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Total Serviços Administrativos S.A. ("CPFL Total")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Eficiência Energética Ltda. ("CPFL Eficiência")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
TI Nect Serviços de Informática Ltda. ("Auth")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Geração Distribuída de Energia Ltda. ("CPFL GD")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Outras					
CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
ESC Energia S.A. ("ESC")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Jaguarí de Geração de Energia Ltda. ("Jaguarí Geração")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
CPFL Telecomunicações Ltda. ("CPFL Telecom")	Sociedade limitada	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a
Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Alesta")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 83,71%	São Paulo	n/a	n/a

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020. • Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia da COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020; • Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020. • Criação da Conta COVID destinada a receber débitos ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B". A disponibilização de tais recursos (exceto para o item "iv" apresentado acima) foi limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de emergência decorrente da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020 e parcelamento de vendas e vendas relativas a faturamento da demanda contratada para consumidores do Grupo; A CCEE contratou a operação de crédito para apoiar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito está sendo feito por meio de encargo, denominado CDE COVID, homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação. Em julho de 2020 as distribuidoras do Grupo declararam suas necessidades por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Acaitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens "i" a "iii" citados acima e valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. O efeito financeiro e econômico para o Grupo ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. O Grupo continuará monitorando constantemente os resultados e a saúde econômica do contrato de concessão. O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica. Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2020, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia. Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação de abril a dezembro de 2020, ao equilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, substanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. O Grupo CPFL continua analisando os impactos causados pela pandemia às distribuidoras do Grupo e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada às distribuidoras do Grupo CPFL nos processos tarifários de 2022.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia e suas controladas ("Grupo") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL", quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo. A autorização para a emissão de demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 22 de março de 2022. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que a mudança de estimativa é aplicada. **2.4 Premissas:** As premissas aplicadas nas demonstrações contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados); • Nota 8 - Tributos a compensar (Critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 32); • Nota 12 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Combinação de negócios (principais premissas para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em bases provisórias); • Nota 14 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 15 - Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 18 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 19 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 20 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 22 - Impostos, taxas e contribuições a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro); • Nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). **2.4 Moeda Funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento dos valores é realizado com base na arredondação dos valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária no investimento pela controlada Paulista Lajeado na Investo S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CPFL Energia, CERAN, Paulista Lajeado, subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis, CPFL Transmissão e TESB.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade de seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2 Contrato de concessão: Distribuidoras:** O ICP 01 (R1) e IFRIC 12 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão das distribuidoras é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA para as controladas do segmento de distribuição. O ativo financeiro das distribuidoras enquadrada-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 26). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura das distribuidoras, e (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) da não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio do Grupo, a ANEEL considera que o reconhecimento de ganhos em operação não é relevante, e, portanto, nenhum valor adicional de construção é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **Transmissoras:** As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão. A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permissão (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo. Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico IFRS 16 - Receitas de Contratos com Cliente e IFRS 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientados pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, o Grupo atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que: i. Atribuiu margens esperadas de construção entre 5,1% e 7,8%, antes dos impostos, e de operação e manutenção entre 7% e 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 18% a.a. iii. O Grupo monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a Taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a.

**3.3 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de acordo com o ganho ou perda subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo seja represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32).

No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaço contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócios O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos e nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os

**State Grid Brazil Power Participações S.A.** - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como "goodwill". Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição. **3.16 Base de consolidação:** (i) Combinações de negócios: A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. (ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas no momento da aquisição da participação. As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e o equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Energia, CPFL Geração, CPFL Brasil, CPFL Jaguarí Geração, CPFL Renováveis, CPFL Eficiência Energética, Alesta e CPFL Transmissão são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas. Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 13.3. (iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores: É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

**3.17 Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06 (R2)/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. **3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: (a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são representados. O Grupo está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. (b) **Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. O Grupo está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. (c) **Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adquirem guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. (d) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 (R2)/IFRS 16). • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. **- Imobilizado, intangível e ativo contratual:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de preço de mercado cotados no mercado de bens semelhantes, quando disponíveis, e o custo de reposição quando apropriado. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 3.2) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária dos distribuidores. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (ANEEL). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salvos bancários	23.230	8	942.452	481.889
Aplicações financeiras	383.950	1.950.892	1.667.892	5.388.837
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	60	245	13.887	948
Títulos de crédito privado (b)	383.890	1.950.646	1.579.949	5.272.167
Fundos de investimento (c)	-	-	74.055	115.721
<b>Total</b>	<b>407.180</b>	<b>1.950.900</b>	<b>2.610.344</b>	<b>5.870.726</b>

a) Salvos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 1.101.143 (R\$ 4.546.912 em 31 de dezembro de 2020), e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 478.806 (R\$ 725.255 em 31 de dezembro de 2020). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,52% do CDI (99,67% do CDI em 31 de dezembro de 2020). c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 101,4% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Através de fundos de investimentos (a)	986.673	-	1.460.842	308.482
Aplicação direta (b)	-	-	111.689	1.563.597
<b>Total</b>	<b>986.673</b>	<b>-</b>	<b>1.572.531</b>	<b>1.872.079</b>

Circulante 58.685 - 644.544 1.872.079  
 Não Circulante 927.988 - 927.988 -

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 101,4% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020). (b) Em 2021 representa principalmente valores aplicados pela controlada indireta CPFL Transmissão em notas do tesouro nacional, série B (NTN-B) com remuneração de 100% do IPCA mais 6% a.a. de juros moratórios. Em 2020 representava títulos da dívida pública, LFT, cuja remuneração era equivalente, na média de 100% da SELIC.

**7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Consolidado			
	Saldos vencidos até 90 dias	Vencidos > 90 dias	Total 31/12/2021	Total 31/12/2020
<b>Circulante</b>				
<b>Classes de consumidores</b>				
Residencial	1.218.868	775.069	108.630	2.102.567
Industrial	179.791	82.824	93.788	348.504
Comercial	299.529	102.912	37.709	442.050
Rural	120.077	37.232	14.727	172.036
Poder público	89.564	8.151	11.888	109.602
Iluminação pública	139.769	7.213	3.439	150.422
Serviço público	70.848	22.182	9.274	102.303
<b>Faturado</b>	<b>2.110.446</b>	<b>1.037.583</b>	<b>279.455</b>	<b>3.427.484</b>
Não faturado	1.356.948	-	-	1.356.948
Parcelamento de débito de consumidores	261.255	75.635	49.350	386.240
Operações realizadas na CCEE	470.376	14.276	25.438	510.090
Concessionárias e permissionárias	479.702	18.480	20.968	519.150
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(371.511)	-	-	(371.511)
Outros	56.173	-	-	56.173
<b>Total</b>	<b>4.363.389</b>	<b>1.145.974</b>	<b>375.211</b>	<b>5.884.573</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (459.396) (344.037)  
**Total** 5.425.177 5.206.854

**Não circulante**

Parcelamento de débito de consumidores 168.961 - - 168.961 193.088  
 Energia livre 7.230 - - 7.230 6.925  
 Operações realizadas na CCEE 13.211 - - 69.771 82.982

**Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilização realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, nota 3.6 repectu do risco hidrológico. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. **Concessionárias e permissionárias** - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Brasil e CPFL Renováveis e encargos de uso da rede pela controlada CPFL Transmissão. **Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica** - criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores**

que reduzem o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuísem histórico de medição. O referido bônus será custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras. As controladas de distribuição registraram o crédito em consumidores, concessionárias e permissionárias em contrapartida a um débito em outros créditos no mesmo montante. O bônus será concedido aos consumidores nas faturas de janeiro e fevereiro de 2022, sendo que o reembolso às distribuidoras se dará na contabilização da CCEE de janeiro, a ser liquidada em março deste mesmo ano. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 32.(e). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias		Outros ativos (nota 12)		Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(333.396)</b>	<b>(29.019)</b>	<b>(362.415)</b>		
Provisão revertida (constituída) líquida	(414.076)	188	(413.888)		
Recuperação de receita	166.384	166	166.550		
Baixa de contas a receber provisionadas	217.051	(166)	216.885		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(344.037)</b>	<b>(28.831)</b>	<b>(372.868)</b>		
Combinação de negócios	(3.906)	-	(3.906)		
Provisão revertida (constituída) líquida	(545.780)	(1.307)	(547.087)		
Recuperação de receita	208.200	180	208.380		
Baixa de contas a receber provisionadas	226.127	(180)	225.947		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(459.396)</b>	<b>(30.138)</b>	<b>(489.534)</b>		

Circulante (459.396) (30.138) (489.534)  
 Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela COVID-19, estão descritos na nota 32.(e).

**8. TRIBUTOS A COMPENSAR**

	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Circulante</b>			
Antecipações de contribuição social - CSLL	4.641	1.705	
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	19.459	2.911	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	78.401	88.758	
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>102.502</b>	<b>93.374</b>	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	7.817	1.414	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	75.684	97.569	
ICMS a compensar	186.451	153.576	
Programa de integração social - PIS	19.656	15.921	
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	83.451	82.219	
Outros	4.994	6.673	
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>378.052</b>	<b>337.371</b>	
<b>Total circulante</b>	<b>480.554</b>	<b>430.746</b>	
<b>Não circulante</b>			
Contribuição social a compensar - CSLL	8.398	680	
Imposto de renda a compensar - IRPJ	108.934	34.735	
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>117.332</b>	<b>35.415</b>	
ICMS a compensar	271.003	208.066	
Programa de integração social - PIS	2.646	1.378	
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.647	5.005	
Outros	4.292	4.201	
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>286.408</b>	<b>218.560</b>	
<b>Total não circulante</b>	<b>403.830</b>	<b>254.065</b>	

**9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 26)		Atualização monetária (nota 29)		Saldo em 31/12/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Outros	Diferido	Homologado	Total	
<b>Parcela "A"</b>	<b>846.468</b>	<b>126.225</b>	<b>972.694</b>	<b>2.708.170</b>	<b>(579.632)</b>	<b>110.092</b>	<b>(255.437)</b>	<b>2.373.119</b>	<b>582.769</b>	<b>2.955.886</b>
CVA (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (2)	(1.397)	95.905	94.508	(69.781)	(142.018)	1.734	-	(137.471)	2.916	(115.556)
Custos energia elétrica	(14.381)	(294.385)	(298.765)	(703.552)	575.877	11.239	-	(226.156)	(187.046)	(415.202)
ENER (3)	217.177	(193.807)	23.370	1.465.260	70.124	7.244	-	1.415.965	150.042	1.566.007
PROINFA	(4.146)	(22.590)	(26.736)	48.566	1.150	992	-	23.178	24.170	
Rede básica	300.579	86.572	387.151	84.495	(251.579)	13.708	-	112.460	121.316	233.776
Repasse de Itaipu	627.066	413.761	1.040.827	2.056.645	(838.357)	77.371	(255.437) (4)	1.554.343	526.707	2.081.050
Transporte de Itaipu	42.186	15.307	57.493	(8.283)	(33.612)	1.768	-	865	16.501	17.366
Neutralidade dos encargos setoriais	(141.768)	16.554	(125.214)	(16.903)	5.660	(956)	-	(86.990)	(50.423)	(137.413)
Sobrecontratação	(178.848)	(1.092)	(179.940)	(148.287)	33.123	(3.207)	-	(258.889)	(39.422)	(298.312)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(440.264)</b>	<b>(91.744)</b>	<b>(532.008)</b>	<b>832.169</b>	<b>209.819</b>	<b>(26.352)</b>	<b>(249.041) (5)</b>	<b>465.351</b>	<b>(205.994)</b>	<b>234.588</b>
<b>Total</b>	<b>406.204</b>	<b>34.481</b>	<b>440.686</b>	<b>3.540.339</b>	<b>(369.813)</b>	<b>83.740</b>	<b>(504.477)</b>	<b>2.838.470</b>	<b>376.775</b>	<b>3.190.475</b>
<b>Ativo circulante</b>										
Ativo não circulante										
<b>Passivo circulante</b>										
<b>Passivo não circulante</b>										

(1) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"; (2) Conta de desenvolvimento energético; (3) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER"); (4) Recebimento Conta de Comercialização de Itaipu; (5) Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS.

**CVA:** Refere-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros:** Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação dos ciclos de revisão tarifária periódica; (ii) recalculos de processos tarifários anteriores; (iii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR; e (iv) garantias financeiras nas contratações de energia. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela COVID-19, estão descritos na nota 1.1.

**10. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

continuação

**State Grid Brazil Power Participações S.A.** - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. OUTROS ATIVOS**

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Plano de previdência privada	8.877	8.821	6.797	6.797
Adiantamentos - fornecedores	43.814	123.325	-	-
Cações, fundos e depósitos vinculados	27.214	1.592	18.026	13.994
Ordens em curso	440.866	307.042	10.594	10.813
Serviços prestados a terceiros	36.129	17.747	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	3.015	7.751
Despesas antecipadas	119.479	83.581	17.045	10.860
Contas a receber - CDE	189.776	142.403	-	-
Adiantamentos a funcionários	27.574	22.761	-	-
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica (nota 7)	371.511	-	-	-
Empréstimos	187.180	-	-	-
Outros	296.150	205.711	144.022	121.924
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(30.138)	(28.831)	-	-
<b>Total</b>	<b>1.718.433</b>	<b>883.952</b>	<b>199.500</b>	<b>172.140</b>

**Adiantamentos - fornecedores** - refere-se principalmente a adiantamentos para fornecedores de projetos em construção de geradoras e transmissoras. **Ordens em curso** - Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24). **Contas a receber - CDE** - refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 34.135 (R\$ 26.663 em 31 de dezembro de 2020), (ii) outros descontos tarifários concedidos a consumidores no montante de R\$ 155.641 (R\$ 115.740 em 31 de dezembro de 2020). **Empréstimos** - refere-se a empréstimo feito entre a controlada indireta CPFL Transmissão e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEED), anteriormente sociedade parceira. Em 2020 foi assinado instrumento de refinanciamento do saldo devedor do Contrato de Empréstimos entre as empresas. Amortização em 23 parcelas, com atualização de 100% do CDI.

**13. INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias	12.669.469	11.664.908	1.311.275	1.123.669
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	11.480.099	12.201.264	1.296.871	1.446.388
Mais-valia de ativos, líquidos	24.149.568	23.866.172	2.608.146	2.570.058
<b>Subtotal</b>	<b>49.227.136</b>	<b>48.337.244</b>	<b>5.213.292</b>	<b>5.140.115</b>
Agio de rentabilidade futura	24.588.773	24.305.377	2.608.147	2.570.058
<b>Total</b>	<b>73.815.909</b>	<b>72.642.621</b>	<b>7.821.439</b>	<b>7.710.173</b>

**13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:** As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	Quantidade (mil)	de ações emitidas	% de participação	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2020		2021		2020	
				Total	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado de participação	Patrimônio líquido	Resultado de participação	Patrimônio líquido	Resultado de participação		
<b>Investimento em CPFL Energia</b>	1.152.254	63,39%	15.227.134	9.388.071	15.146.202	4.748.049	9.601.480	8.834.167	3.009.883	2.309.465	9.601.480	8.834.167	
<b>Investimento em ESC</b>	1.042.393	100%	3.052.539	1.263.586	3.040.394	970.018	3.067.989	2.830.740	964.809	740.099	3.067.989	2.830.740	
<b>Total participações societárias</b>			<b>12.669.469</b>	<b>11.664.907</b>	<b>12.669.469</b>	<b>11.664.907</b>	<b>3.974.692</b>	<b>3.049.564</b>	<b>11.480.099</b>	<b>12.201.264</b>	<b>11.480.099</b>	<b>12.201.264</b>	
Mais-valia de ativos, líquidos			<b>24.149.568</b>	<b>23.866.171</b>	<b>24.149.568</b>	<b>23.866.171</b>	<b>2.608.147</b>	<b>2.570.058</b>	<b>2.608.147</b>	<b>2.570.058</b>	<b>2.608.147</b>	<b>2.570.058</b>	

**13.2 Mais-valia de ativos e ágio**

A mais-valia de ativos refere-se principalmente ao direito de explorar a concessão adquirida através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura. Nas demonstrações financeiras consolidadas os valores referentes ao direito de explorar a concessão estão classificados no grupo de Intangível (nota 16) e no balanço da controladora é classificada no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais-valia de ativos de R\$ 721.165 (R\$ 719.849 em 2020) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPSP 09 (R2). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

	Investimento em 31/12/2020		Equivalência patrimonial (Resultado)		Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)		Dividendos		Outros		Investimento em 31/12/2021	
	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2021	em 31/12/2021
<b>Investimento em CPFL Energia</b>	8.834.167	3.009.883	3.009.883	(86.549)	(2.155.165)	(86.549)	(2.155.165)	(856)	9.601.481	9.601.481	8.834.167	8.834.167
<b>Investimento em ESC</b>	2.830.740	964.809	964.809	(27.736)	(699.547)	(27.736)	(699.547)	(277)	3.067.989	3.067.989	2.830.740	2.830.740
Mais-valia de ativos	12.201.264	(721.165)	-	-	-	-	-	-	11.480.099	11.480.099	12.201.264	12.201.264
<b>Total</b>	<b>23.866.171</b>	<b>3.253.527</b>	<b>3.253.527</b>	<b>(114.285)</b>	<b>(2.854.712)</b>	<b>(114.285)</b>	<b>(2.854.712)</b>	<b>(1.133)</b>	<b>24.149.568</b>	<b>24.149.568</b>	<b>23.866.171</b>	<b>23.866.171</b>

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial e em investimentos em instrumentos patrimoniais:

	Investimento em 31/12/2019		Equivalência patrimonial (Resultado)		Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)		Efeito de alteração em controladas		Dividendos		Outros		Investimento em 31/12/2020	
	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2019	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020	em 31/12/2020
<b>Investimento em CPFL Energia</b>	8.237.398	2.309.465	2.309.465	(254.343)	(1.783)	(1.457.100)	531	8.834.167	8.834.167	8.834.167	8.834.167	8.834.167	8.834.167	
<b>Investimento em ESC Energia</b>	2.770.647	740.099	740.099	(81.508)	(571)	(598.096)	170	2.830.740	2.830.740	2.830.740	2.830.740	2.830.740		
Mais valia de ativos	12.920.582	(719.849)	-	-	533	-	-	12.201.264	12.201.264	12.201.264	12.201.264	12.201.264		
<b>Total</b>	<b>23.928.627</b>	<b>2.329.715</b>	<b>2.329.715</b>	<b>(335.852)</b>	<b>(1.822)</b>	<b>(2.055.196)</b>	<b>701</b>	<b>23.866.171</b>	<b>23.866.171</b>	<b>23.866.171</b>	<b>23.866.171</b>	<b>23.866.171</b>		

Em 2021 as controladas em conjunto Baesa e Enercan reconheceram referente ao GSF relacionado aos contratos firmados no ambiente de contratação livre ("ACL") e ambiente de contratação regulada ("ACR") o montante total de R\$ 139.537 (R\$ 370.317 em 2020). As controladas CPFL Geração e CPFL Renováveis reconheceram no resultado de equivalência patrimonial dessas controladas em conjunto R\$ 36.507 (R\$ 84.930 em 2020), relacionados ao ACL e ACR líquido de efeitos tributários. Para mais informações vide nota explicativa 3.6 e 16.2. **13.3 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto:** 13.3.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores:

	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.384.296</b>	<b>718.335</b>	<b>(642.858)</b>	<b>(51.628)</b>
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	-	1.984	1.984
Dividendos	-	-	1.370.307	1.370.307
Resultado abrangente acumulado	-	-	(212)	(212)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	6.780.223	6.780.223
Combinação de negócios	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>12.164.485</b>	<b>11.664.907</b>	<b>7.508.222</b>	<b>7.508.222</b>

**13.3.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores:** As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	31/12/2021				31/12/2020			
	CPFL Transmissão e subsidiárias	LUDESA - subsidiária da CPFL	Outras subsidiárias da CPFL	Paulista	CPFL Transmissão e subsidiárias	LUDESA - subsidiária da CPFL	Outras subsidiárias da CPFL	Paulista
<b>Ativo circulante</b>	138.247	2.054.120	14.790	72.838	18.745	48.362	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	94.537	747.165	647	4.854	11.244	14.580	-	-
Ativo não circulante	778.464	4.453.762	91.939	507.645	137.125	755.415	-	-
<b>Passivo circulante</b>	381.197	1.008.497	4.639	77.373	10.438	237.318	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.008	656.088	-	25.198	-	105.718	-	-
Outros passivo financeiros	28.807	69.894	740	3.991	1.935	22.551	-	-
Passivo não circulante	210.964	1.520.787	-	125.095	810	259.359	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	23.591	-	112.581	-	105.531	-	-
Outros passivo financeiros	141.118	-	-	-	-	112.055	-	-
Patrimônio líquido	324.550	3.978.599	102.089	378.015	144.622	307.100	-	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	210.957	2.630.755	61.253	309.564	55.673	199.615	-	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	113.593	1.347.844	40.836	68.451	88.949	107.485	-	-

**Balço patrimonial:**

	2021				2020			
	CPFL Transmissão e subsidiárias	LUDESA - subsidiária da CPFL	Outras subsidiárias da CPFL	Paulista	CPFL Transmissão e subsidiárias	LUDESA - subsidiária da CPFL	Outras subsidiárias da CPFL	Paulista
Receita operacional líquida	355.676	289.919	58.266	112.910	59.079	291.163	-	-
Custo e despesa operacional	(67.180)	(171.584)	(189)	(33.963)	(8.604)	(29.972)	-	-
Depreciação e amortização	(37.940)	(15.136)	(5.254)	(17.174)	(721)	(42.463)	-	-
Receita de juros	4.731	9.904	197	2.949	796	2.188	-	-
Despesa de juros	(42.258)	(4.825)	-	(11.510)	-	(43.322)	-	-
Despesa de imposto sobre a renda	(70.956)	(57.796)	(1.928)	(5.736)	(4.771)	(59.794)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	411.503	41.141	51.106	53.008	53.714	118.236	-	-
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	91.977	28.711	30.664	51.226	32.191	76.853	-	-
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	49.526	12.429	20.442	1.782	21.523	41.383	-	-

**13.3.3 Empreendimentos controlados em conjunto:** As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são como segue:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
<b>Ativo circulante</b>	365.457	128.677	491.037	475.419	265.347	88.780	265.109	349.437
Caixa e equivalentes de caixa	168.970	52.595	209.790	165.040	108.113	15.338	122.642	104.598
Ativo não circulante	1.073.375	1.127.147	2.410.469	279.538	1.036.903	1.062.369	2.328.892	362.076
Passivo circulante	599.825	104.109	-	441.471	104.882	446.195	371.414	90.428
Empréstimos, financiamentos e debêntures	130.766	6.523	-	137.959	16.452	129.386	138.128	35.583
Outros passivo financeiros	34.855	78.221	-	111.100	26.841	5.577	36.507	79.396
Passivo não circulante	207.973	529.052	-	1.609.317	122.480	283.300	396.099	1.595.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	642.698	26.603	127.895	-	778.003
Outros passivo financeiros	40.044	435.853	-	964.135	-	30.881	-	789.590
Patrimônio líquido	631.034	622.664	-	850.718	527.795	572.756	680.505	446.282

**Demonstração do resultado:**

	2021				2020			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	880.125	458.130	1.067.381	1.370.875	719.581	296.078	933.403	405.674
Custo e despesa operacional	(180.561)	(251.130)	(47.141)	(1.125.249)	(31.749)	61.621	(225.902)	(203.805)
Depreciação e amortização	(55.522)	(51.114)	(103.431)	(90.616)	(49.757)	(51.701)	(124.580)	(90.400)
Receita de juros	6.523	2.371	-	3.388	2.904	893	9.522	4.027
Despesa de juros	(18.695)	(102.569)	(223.114)	(4.588)	(18.639)	(85.139)	(209.183)	(10.346)
Despesa de imposto sobre a renda	(212.135)	(16.525)	(230.884)	(18.621)	(209.879)			

continuação

**State Grid Brazil Power Participações S.A.** - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado: - **Intangível adquirido não incorporado:** Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3. - **Intangível adquirido já incorporado:** Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal. - **Intangível adquirido já incorporado - Recompsto:** Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendo aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ação na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indelivível para fins fiscais, de modo a recompor-lo. **16.2 UBPI/Intangível de concessão:** Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico. Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga. Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014. Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderiram ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação. Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Como consequência determinadas controladas e controladas em conjunto do Grupo reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica "custos operacionais". O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 175.904 em 2021 (R\$ 55.163 em 2020). Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual as subsidiárias do Grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%. **16.3 Teste de redução ao valor recuperável:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela COVID-19, estão descritos na nota 11.

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Índice	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020
IGP-M	17,79	23,14	0,2	0,3
IMBUNDDES	7,39	29,92	-	-
TJLP	4,80	4,87	3,2	4,2
CDI	1,06	4,52	32,1	24,5
Outros	4,40	2,78	60,1	71,1
			100	100

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil			Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberação em 2021	dos gastos de captação					
<b>Moeda nacional</b>								
<b>ÍPCSA - BNBS</b>								
Costas das dunas	70.482	62.500	62.500	Trimestral até 02/22	Mensal após 02/22	Investimento	ÍPCSA + 1,36%	Não se aplica
Faroel de Touro	61.672	30.262	30.262	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	ÍPCSA + 1,48%	Não se aplica
Vigoreira Branca	26.430	23.000	23.000	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	ÍPCSA + 1,48%	Não se aplica
Gamelaire	44.051	62.738	62.738	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	ÍPCSA + 1,48%	Não se aplica
<b>Transmissão</b>								
Maracanauá	42.422	20.648	20.648	Trimestral até 08/22	Mensal após 08/22	Investimento	ÍPCSA + 1,06%	Não se aplica
<b>ÍPCSA - BNDES</b>								
CPFL Paulista	312.596	135.778	135.778	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Paulista	1.002.912	435.622	435.622	Trimestral	Parcela única em 06/2027	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Piratininga	126.086	63.125	63.125	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Piratininga	298.402	149.395	149.395	Trimestral	Parcela única em 06/2028	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Jaguari	244.385	80.440	80.440	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
RGE	353.019	157.183	157.183	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
RGE	1.132.601	504.297	504.296	Trimestral	Parcela única em 06/2027	Investimento	ÍPCSA + 4,34%	Não se aplica
<b>CDI</b>								
CPFL Brasil	960.000	960.000	956.955	Final	Parcela única em 10/2024	Capital de giro	CDI + 1,08%	Não se aplica
<b>Lei 4.131</b>								
CPFL Piratininga	340.000	340.000	340.000	Semestral	Parcela única em 03/2024	Capital de giro	BRL + 6,1574%	CDI + 0,69%
CPFL Brasil	125.000	125.000	125.000	Semestral	Parcela única em 06/2024	Capital de giro	BRL + 7,3780%	CDI + 0,88%
CPFL Piratininga	107.000	107.000	107.000	Semestral	Parcela única em 06/2024	Capital de giro	BRL + 7,3780%	CDI + 0,88%
<b>Moeda estrangeira</b>								
<b>Lei 4.131</b>								
CPFL Piratininga	200.000	200.000	200.000	Trimestral	Parcela única em 09/2026	Capital de giro	US\$ + 1,9400%	CDI + 0,88%
CPFL Jaguari	142.000	142.000	142.000	Semestral	Parcela única em 09/2026	Capital de giro	US\$ + 1,8553%	CDI + 1,29%
RGE	340.000	340.000	340.000	Semestral	Duas Parcelas 06/25 e 06/26	Capital de giro	US\$ + 1,8258%	CDI + 1,26%
CPFL Brasil	100.000	100.000	100.000	Semestral	Parcela única em 12/2024	Capital de giro	US\$ + 1,7368%	CDI + 1,02%
CPFL Piratininga	121.000	121.000	121.000	Semestral	Parcela única em 10/2023	Capital de giro	US\$ + 0,7820%	CDI + 0,74%
CPFL Geração	135.000	135.000	135.000	Semestral	Parcela única em 10/2023	Capital de giro	US\$ + 0,7820%	CDI + 0,74%
CPFL Geração	305.000	305.000	305.000	Anual	Parcela única em 10/2023	Capital de giro	US\$ + 1,1600%	CDI + 0,55%
	<b>6.590.057</b>	<b>4.599.988</b>	<b>4.596.943</b>					

**17. FORNECEDORES**

Circulante	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de serviço do sistema	926.667	275.379
Suprimento de energia elétrica	2.064.676	2.571.296
Encargos de uso da rede elétrica	343.755	336.451
Materiais e serviços	759.421	558.500
Energia livre	175.432	168.001
<b>Total</b>	<b>4.269.949</b>	<b>3.909.627</b>
<b>Não circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	378.388	431.037
Materiais e serviços	29.694	25.621
<b>Total</b>	<b>408.082</b>	<b>456.658</b>

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
<b>Moeda nacional</b>								
<b>Mensuradas ao custo</b>								
Pré-fixado	8.691	-	(3.566)	5.349	-	(5.353)	-	5.121
Pós-Fixado								
TJLP	476.405	-	(52.948)	30.172	-	(30.168)	31.988	455.448
ÍPCSA	2.791.276	1.724.988	(232.855)	505.100	-	(148.175)	-	4.640.334
CDI	129.843	960.000	(33.800)	22.875	-	(3.082)	-	1.075.836
IGP-M	38.922	-	(16.124)	9.568	-	(3.161)	-	29.205
<b>Subtotal</b>	<b>3.445.137</b>	<b>2.684.988</b>	<b>(339.293)</b>	<b>573.064</b>	-	<b>(189.939)</b>	-	<b>31.988</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
Pré-fixado	-	572.000	-	25.100	-	(18.117)	-	578.983
Marcação a mercado	-	-	-	(43.009)	-	-	-	(43.009)
<b>Subtotal</b>	-	<b>572.000</b>	-	<b>(17.908)</b>	-	-	-	<b>535.975</b>
<b>Total moeda nacional</b>	<b>3.445.137</b>	<b>3.256.988</b>	<b>(339.293)</b>	<b>555.155</b>	-	<b>(208.056)</b>	-	<b>31.988</b>
<b>Gastos com captação</b>	<b>(49.894)</b>	<b>(3.045)</b>	-	<b>5.907</b>	-	-	-	<b>(47.032)</b>
<b>Ajuste ao valor justo</b>	<b>(25.434)</b>	-	-	<b>7.789</b>	-	-	-	<b>(17.646)</b>
<b>Moeda estrangeira</b>								
<b>Mensuradas ao custo</b>								
Dólar	-	-	(12.340)	21.050	-	(2.443)	643.096	649.363
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>(12.340)</b>	<b>21.050</b>	-	<b>(2.443)</b>	<b>643.096</b>	<b>649.363</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
Dólar	5.072.184	1.343.000	(1.882.057)	111.890	345.944	(121.500)	-	4.869.460
Euro	3.053.302	-	(595.759)	17.380	(35.548)	(17.760)	-	2.421.705
Marcação a mercado	(98.695)	-	-	(73.850)	-	-	-	(172.545)
<b>Subtotal</b>	<b>8.026.792</b>	<b>1.343.000</b>	<b>(2.477.816)</b>	<b>55.420</b>	<b>310.486</b>	<b>(139.260)</b>	-	<b>7.118.620</b>
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>8.026.792</b>	<b>1.343.000</b>	<b>(2.490.156)</b>	<b>76.470</b>	<b>310.486</b>	<b>(141.703)</b>	<b>643.096</b>	<b>7.677.983</b>
<b>Total</b>	<b>11.396.600</b>	<b>4.596.943</b>	<b>(2.829.449)</b>	<b>645.320</b>	<b>310.486</b>	<b>(349.760)</b>	<b>675.084</b>	<b>14.445.224</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.789.406</b>	-	-	-	-	-	-	<b>2.239.431</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>8.607.194</b>	-	-	-	-	-	-	<b>12.205.793</b>

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
Pré-fixado	711.398	-	(700.406)	20.101	-	(22.401)	8.691
Pós-Fixado							
TJLP	2.744.332	3.000	(2.263.671)	123.380	-	(130.635)	476.405
ÍPCSA	1.609.038	1.250.000	(163.150)	196.573	-	(101.185)	2.791.276
Selic	83.073	-	(84.405)	2.498	-	(1.166)	-
CDI	180.012	-	(48.547)	4.308	-	(5.930)	129.843
IGP-M	42.605	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Cesta de moedas	1.694	-	(1.796)	121	-	(19)	-
Outros	39.777	-	(39.671)	995	-	(1.102)	-
<b>Total ao custo</b>	<b>5.411.928</b>	<b>1.253.000</b>	<b>(3.314.214)</b>	<b>360.357</b>	-	<b>(265.935)</b>	<b>3.445.137</b>
<b>Gastos com captação</b>	<b>(57.684)</b>	<b>(17.432)</b>	-	<b>25.222</b>	-	-	<b>(49.894)</b>
<b>Ajuste ao valor justo</b>	<b>(35.290)</b>	-	-	<b>9.566</b>	-	-	<b>(25.434)</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	4.178.417	1.909.349	(2.630.855)	178.871	1.608.827	(172.424)	5.072.184
Euro	846.692	1.520.640	-	16.975	685.099	(16.104)	3.053.302
Marcação a mercado	(16.056)	-	-	(82.639)	-	-	(82.639)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>5.009.052</b>	<b>3.429.989</b>	<b>(2.630.855)</b>	<b>113.208</b>	<b>2.293.926</b>	<b>(188.528)</b>	<b>8.026.792</b>
<b>Total</b>	<b>10.328.009</b>	<b>4.665.557</b>	<b>(4.546.069)</b>	<b>508.642</b>	<b>2.293.926</b>	<b>(454.463)</b>	<b>11.396.600</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.765.983</b>	-	-	-	-	-	<b>2.789.406</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>7.562.022</b>	-	-	-	-	-	<b>8.607.194</b>

Em consonância com o CPC 48/IFRS 9, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 215.554 (R\$ 98.695 em 31 de dezembro de 2020), que reduzidos das perdas não realizadas obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 155.475 (ganho de R\$ 45.046 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho líquido não realizado de R\$ 60.079 (R\$ 143.751 em 31 de dezembro de 2020). Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2021	31/12/2020		
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>					
<b>Pré-fixado</b>					
FINAME	Pré-fixado de 2,5% a 10%	(a)	5.121	8.691	2012 a 2024
<b>Pós-fixado</b>					
<b>TJLP</b>					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b)	424.707	474.288	2012 a 2039
FINEP	TJLP + 5% a 6%		427	2.117	2017 a 2022
BNDES	TJLP + 3,05%		30.315	-	2029
			<b>455.448</b>	<b>476.405</b>	
<b>ÍPCSA</b>					
FINEM	ÍPCSA + 4,27% a 4,80%		4.434.659	2.791.276	2020 a 2040
	ÍPCSA + de 1,06 a 2,08%		205.676	-	2022 a 2044
			<b>4.640.334</b>	<b>2.791.276</b>	
<b>CDI</b>					
	(i) 105% do CDI		-	-	-
	(ii) CDI + 1,25%		-		

**State Grid Brazil Power Participações S.A.** - CNPJ nº 26.002.119/0001-97

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) "Plano 2": Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da controlada é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela RGE a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. **CPFL Santa Cruz:** Como o evento do agrupamento de controladas ocorreu em 2017, o plano oficial da empresa passou a ser o CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. Aos empregados que possuíam o plano de benefícios administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, manteve-se o mesmo plano. **CPFL Renováveis:** Após a integração da CPFL Renováveis em 2020 parte dos funcionários da controlada CPFL Renováveis passaram a participar do mesmo plano da CPFL Paulista. Para os gestores, há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **CPFL Transmissão:** A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: "**Plano CEEEPREV**"; O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldos. O Plano CEEEPREV contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1º e 2º instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. A segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) de 2019 foi ajuizada pela CEEEPREV (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão), cujo objetivo é o reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 14 de outubro de 2021, a sentença foi julgada parcialmente procedente, determinando a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva. Após sentença de 1º grau, o processo encontra-se em 2ª instância aguardando julgamento da apelação interposta pelas partes, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível com viés de provável. Considerando os fundamentos jurídicos, corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial. A controlada reavaliou a estimativa relacionada ao passivo atuarial do Plano CEEEPREV referente ao compartilhamento do risco sobre os déficits atuariais, e considerando os fundamentos jurídicos, corroborados pelas recentes decisões dos tribunais nos processos que tratam detalhadamente a matéria, o passivo do Plano CEEEPREV foi reconhecido na proporção paritária, apresentando uma redução de R\$ 412.896 sobre o valor líquido do passivo de benefício definido anteriormente registrado, chegando a um saldo de R\$ 498.066. O movimento do último trimestre de 2021, foi um aumento do efeito "risk sharing" no valor de R\$ 45.428, representando um ganho atuarial no período. Anteriormente, o passivo do Plano CEEEPREV era avaliado sem a consideração de compartilhamento de risco, e com esta avaliação da controlada, houve mudança de estimativa à luz do que está definido no "CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e reavaliação de erro". Os efeitos desta mudança de estimativa foram reconhecidos em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido. "**Plano Único**": O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, e quanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que "A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador". Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº 30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de supervir, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefício administrado pela EFPC, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado, ou seja, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. "**Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP**": Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação. **20.2 Movimentações dos planos de benefício definido:**

	31/12/2021		RGE		CPFL Transmissão		
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP CEEEPREV BD Total

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.159.489	2.021.407	173.628	472.498	622.201	1.505.501	3.857	2.314.147	14.272.726
Valor justo dos ativos do plano	(5.180.254)	(1.561.436)	(125.975)	(451.413)	(482.742)	(951.605)	—	(1.403.183)	(10.156.608)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>1.979.235</b>	<b>459.971</b>	<b>47.653</b>	<b>21.084</b>	<b>139.459</b>	<b>553.896</b>	<b>3.857</b>	<b>910.964</b>	<b>4.116.118</b>
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	—	—	(257.756)	—	(412.896)	(670.652)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.979.235</b>	<b>459.971</b>	<b>47.653</b>	<b>21.084</b>	<b>139.459</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.068</b>	<b>3.445.466</b>

	31/12/2020		RGE		CPFL Transmissão		
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP CEEEPREV BD Total

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.138.641	2.047.884	175.300	452.237	670.330	—	—	—	10.484.390
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.047)	(1.484.375)	(122.879)	(463.399)	(493.886)	—	—	—	(7.544.586)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>2.158.593</b>	<b>563.508</b>	<b>52.421</b>	<b>(11.163)</b>	<b>176.444</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.939.804</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	—	—	—	11.163	—	—	—	—	11.163
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>2.158.593</b>	<b>563.508</b>	<b>52.421</b>	<b>—</b>	<b>176.444</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.950.965</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Renováveis		RGE		CPFL Transmissão		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Total

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	6.164.035	1.773.089	152.254	464.335	681.363	—	—	—	—	—	9.235.076
Custo do serviço corrente bruto	1.344	7.565	108	(24)	1.873	—	—	—	—	—	10.866
Juros sobre obrigação atuarial	457.841	130.848	11.274	34.289	50.135	—	—	—	—	—	684.387
Contribuições de participantes vertidas no exercício	—	1.942	—	1.423	1.263	—	—	—	—	—	4.628
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	—	—	—	—	—	—	—	(978)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	—	—	—	—	—	1.203.599
Benefícios pagos no ano	(469.387)	(104.610)	(10.371)	(29.179)	(39.639)	—	—	—	—	—	(653.186)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020</b>	<b>7.138.641</b>	<b>2.047.884</b>	<b>175.300</b>	<b>452.237</b>	<b>670.330</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.484.390</b>

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Renováveis		RGE		CPFL Transmissão		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Total

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(4.517.265)	(1.353.050)	(105.914)	(466.390)	(503.867)	—	—	—	—	—	(6.946.486)
Rendimento esperado no exercício	(343.869)	(104.675)	(8.400)	(34.598)	(37.129)	—	—	—	—	—	(528.671)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	—	(1.942)	—	(1.423)	(1.263)	—	—	—	—	—	(4.628)
Contribuições de patrocinadoras	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	—	—	—	—	—	(183.228)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(91.577)	(15.899)	17.686	15.682	—	—	—	—	—	(534.759)
Benefícios pagos no exercício	469.387	104.610	10.371	29.179	39.639	—	—	—	—	—	653.186
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(4.980.047)</b>	<b>(1.484.375)</b>	<b>(122.879)</b>	<b>(463.399)</b>	<b>(493.886)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(7.544.586)</b>

**20.3 Movimentações dos ativos e passivos:** As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Renováveis		RGE		CPFL Transmissão		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Total

Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	1.979.235	459.970	47.652	21.084	139.459	296.140	3.857	498.068	3.445.466	19.863	3.464.428
Combinação de Negócios	—	—	—	—	—	275.566	4.136	437.629	717.331	—	1.433.552
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	160.049	49.981	4.027	(1.539)	14.435	3.480	64	18.257	248.754	—	306.107
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(269.954)	(89.074)	(5.607)	(2.160)	(3.201)	(6.946)	(93)	(18.278)	(395.313)	—	(503.724)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(1.812)	(1.508)	(45)	25.026	14.221	2.044	199	13.670	51.795	—	63.132
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	66.832	(58.827)	(2.308)	(9.252)	(76.057)	39.640	(449)	15.834	(24.587)	—	(12.024)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	—	—	(36.826)	—	(45.428)	(82.254)	—	(120.242)
Benefícios pagos no ano	(576.026)	(130.347)	(12.487)	(28.297)	(38.074)	(43.724)	(93)	(48.888)	(877.938)	—	(1.025.969)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021</b>	<b>1.979.235</b>	<b>459.970</b>	<b>47.652</b>	<b>21.084</b>	<b>139.459</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.068</b>	<b>3.445.466</b>	<b>19.863</b>	<b>3.464.428</b>

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Renováveis		RGE		CPFL Transmissão		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Total

Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.979.235	459.970	47.652	21.084	139.459	296.140	3.857	498.068	3.445.466	18.963	3.464.428
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.573	33.738	2.982	(295)	14.879	—	—	—	173.877	—	173.877
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	—	—	—	(183.228)	—	(225.578)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	—	—	—	—	—	(978)	—	(1.224)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	—	—	—	1.203.599	—	1.203.599
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(91.577)	(15.899)	17.686	15.682	—	—	—	(534.759)	—	(534.759)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	—	—	9.069	—	—	—	—	(73.037)	—	(63.968)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>1.979.235</b>	<b>459.970</b>	<b>47.652</b>	<b>21.084</b>	<b>139.459</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.068</b>	<b>3.445.466</b>	<b>18.963</b>	<b>3.464.428</b>

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Renováveis		RGE		CPFL Transmissão		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Total

Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.979.235	459.970	47.652	21.084	139.459	296.140	3.857	498.068	3.445.466	18.963	3.464.428
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.573	33.738	2.982	(295)	14.879	—	—	—	173.877	—	173.877
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	—	—	—	(183.228)	—	(225.578)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	—	—	—	—	—	(978)	—	(1.224)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	—	—	—	1.203.599	—	1.203.599
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(91.577)	(15.899)	17.686	15.682	—	—	—	(534.759)	—	(534.759)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	—	—	9.069	—	—	—	—	(73.037)	—	(63.968)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>1.979.235</b>	<b>459.970</b>	<b>47.652</b>	<b>21.084</b>	<b>139.459</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.068</b>	<b>3.445.466</b>	<b>18.963</b>	<b>3.464.428</b>

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Renováveis		RGE		CPFL Transmissão		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Total

Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.979.235	459.970	47.652	21.084	139.459	296.140	3.857	498.068	3.445.466	18.963	3.464.428
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.573	33.738	2.982	(295)	14.879	—	—	—	173.877	—	173.877
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	—	—	—	(183		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

Consolidado						
Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	242.269	51.386	(29.121)	(52.380)	21.248	217.802
Cíveis	542.576	289.998	(112.918)	(151.998)	58.380	37.865
Fiscais	1.453.427	24.635	(40.317)	(6.340)	2.367	33.088
Outros	86.286	7.462	(1.590)	(9.162)	788	26.638
<b>Total</b>	<b>2.306.557</b>	<b>373.481</b>	<b>(183.947)</b>	<b>(219.082)</b>	<b>82.783</b>	<b>315.393</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações). b. **Cíveis: Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica do Grupo, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portárias DNAEE n's 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins. d. **Outros**: A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas a natureza regulatória. **Perdas possíveis**: O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim representadas:

Consolidado		
31/12/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	569.961	600.423
Cíveis	2.142.048	2.085.925
Fiscais	4.339.160	4.174.442
Fiscais - outros	1.795.970	1.597.556
Regulatórios	133.909	90.930
<b>Total</b>	<b>8.981.048</b>	<b>8.549.278</b>

**Fiscais:** (i) Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP ("Vivest") no montante estimado de R\$ 1.517.293, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 23.700 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.648.985, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 262.523 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de agosto de 2021, foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão foi objeto de recurso para o colegiado da Segunda Turma, quando todos os demais Ministros terão a oportunidade de avaliar o recurso. Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF, e na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro. (ii) em 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$ 356.870 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível; (iii) em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 607.527 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis em 2020 os processos migraram para a CPFL Renováveis. **Trabalhistas:** No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, o Grupo permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR. A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	219.444	199.833	75.415	63.209
Programa de eficiência energética - PEE	394.443	375.746	17.149	911
Reserva e desenvolvimento - P&D	221.806	216.021	27.660	26.075
EPE/FNDC/PROCEL (*)	106.301	35.112	-	-
Fundo de reversão	1.666	1.712	9.192	10.904
Adiantamentos	529.182	507.167	56.970	44.026
Descontos tarifários - CDE	22.772	60.023	-	-
Folha de pagamento	59.673	19.136	-	-
Participação nos lucros	104.826	111.788	33.909	26.836
Convênios de arrecadação	113.991	102.954	-	-
Aquisição de negócios	11.317	9.838	-	-
Outros	152.877	69.624	254.296	47.071
<b>Total</b>	<b>1.938.298</b>	<b>1.708.954</b>	<b>474.591</b>	<b>219.032</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. **Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. **Adiantamentos:** refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido início o fornecimento de energia ou serviço. **Programas de eficiência energética - PEE e pesquisa e desenvolvimento - P&D:** as controladas de distribuição reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e o Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE são realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021. **Descontos tarifários - CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros:** Refere-se principalmente a: (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, o Grupo implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos do Grupo, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão. **Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Acionistas</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Participação %</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Participação %</b>
International Grid Holding Limited	29.347.106.729	100,00%	29.347.106.729	100,00%
Top View Investment Limited	1	0,00%	1	0,00%
<b>Total</b>	<b>29.347.106.730</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.347.106.730</b>	<b>100,00%</b>

**25.1 Gestão do capital:** A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da controlada direta CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da controlada CPFL Energia alcançou 2,12 vezes o EBITDA em 2021 (2,19 vezes em 2020), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado. **25.2 Reserva de capital:** Refere-se basicamente ao efeito das mudanças de participação societárias detidas nas controladas CPFL Energia e ESC Energia S.A., em função da Oferta Pública de Ações ("OPA"), com base no patrimônio das controladas nas datas das referidas alterações de participação. **25.3 Reserva de lucros:** É composta por: (i) reserva legal, no montante de R\$ 449.103; (ii) reserva de lucros não realizados, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído, R\$ 1.078.746 e (iii) reserva de lucros, correspondente à retenção de lucros, R\$ 1.078.746. **25.4 Resultado abrangente acumulado:** O resultado abrangente acumulado é composto por: (i) R\$ 91.605 (saldo devedor, referente ao registro da mais-valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras); e (ii) R\$ 15.858 (saldo credor, referentes aos efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários); (iii) R\$ 1.277.817 (saldo devedor líquido de imposto de renda e contribuição social referente à entidade de previdência privada) correspondente aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19/CPIC 33 (R2). **25.5 Dividendo:** Nas Assembleias Geral Extraordinária de: (i) 06 maio, 01 de junho, 11 de junho e 16 de novembro foi aprovado a deliberação sobre o pagamento de dividendos mediante a reversão de reservas de lucros totalizando R\$ 3.081.000 e (ii) 07 de dezembro de 2021 foi aprovado a deliberação sobre o pagamento de dividendos intermediários de R\$ 1.110.000, todos pagos em 2021. **25.6 Destinação do lucro líquido do exercício:** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício - controladora</b>	<b>3.412.572</b>	<b>3.412.572</b>
Realização do resultado abrangente	23.660	854
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>3.436.232</b>	<b>3.413.426</b>
Reserva legal	(170.629)	(110.000)
Dividendo intermediário	(1.110.000)	(1.078.229)
Reserva de lucros não realizados	(1.078.229)	(1.078.229)
O atendimento ao art. 202 da Lei 6404/76, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021 foi satisfeito através da imputação dos dividendos intermediários utilizando-se do resultado intermediário lido em junho/2021 (R\$ 1.110.000) e dividendos utilizando-se da reserva de lucros (R\$ 3.810.000).		

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Recursos de operações com energia elétrica	Consolidado					
	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Residencial</b>	9.148.715	8.926.689	21.051	20.944	18.745.160	15.621.829
<b>Industrial</b>	52.735	55.685	10.460	11.865	4.743.170	4.515.501
<b>Comercial</b>	515.427	520.139	9.751	9.761	6.830.021	5.896.640
<b>Rural</b>	359.804	362.325	3.236	3.346	1.904.854	1.563.204
<b>Poderes públicos</b>	63.891	63.350	1.243	1.172	970.441	770.753
<b>Iluminação pública</b>	10.181	12.300	2.007	2.035	1.064.449	826.758
<b>Serviço público</b>	11.108	10.786	2.103	2.173	1.382.926	1.175.575
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.851</b>	<b>51.296</b>	<b>35.685.021</b>	<b>30.370.260</b>
Consumo próprio	-	-	34	34	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(234.693)	260.678
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(14.970.379)	(13.439.340)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.885</b>	<b>51.331</b>	<b>20.479.949</b>	<b>17.192.598</b>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	3.111	2.158	779.717	624.782
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	11.430	13.876	3.341.761	3.279.519
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(147.576)	(124.255)
<b>Energia elétrica de curto prazo</b>	<b>6.914</b>	<b>8.453</b>	<b>1.696.478</b>	<b>1.128.085</b>	<b>21.455</b>	<b>24.488</b>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.885</b>	<b>51.331</b>	<b>20.479.949</b>	<b>17.192.598</b>
Recicla pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	15.117.956	13.562.595
Recicla pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	4.854.501	3.851.133
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	(95.560)	(85.136)
Recicla de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	3.312.656	2.572.653
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	-	-	-	-	3.170.527	811.445
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	-	-	-	-	1.164.707	388.394
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	-	-	-	-	1.610.203	1.500.308
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	1.059.960	680.973
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>30.194.950</b>	<b>23.262.365</b>	<b>56.345.278</b>	<b>45.363.093</b>	<b>17.130.935</b>	<b>14.464.476</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.851</b>	<b>51.296</b>	<b>35.685.021</b>	<b>30.370.260</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.851</b>	<b>51.296</b>	<b>35.685.021</b>	<b>30.370.260</b>
ICMS	-	-	-	-	(8.094.133)	(6.792.896)
PIS	-	-	-	-	(765.115)	(683.172)
COFINS	-	-	-	-	(3.527.584)	(3.144.621)
Outros	-	-	-	-	(28.078)	(24.545)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	(3.736.253)	(3.476.264)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(298.247)	(231.551)
PROFINA	-	-	-	-	(211.715)	(174.054)
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	-	-	(412.388)	108.001
Compensação financeira pela utilização de recursos	-	-	-	-	-	-
Hídricos - CFURH	-	-	-	-	(8.403)	(6.857)
Outros	-	-	-	-	(47.539)	(38.364)
<b>Total</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.851</b>	<b>51.296</b>	<b>35.685.021</b>	<b>30.370.260</b>

28. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Recursos de operações com energia elétrica	Consolidado					
	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Residencial</b>	9.148.715	8.926.689	21.051	20.944	18.745.160	15.621.829
<b>Industrial</b>	52.735	55.685	10.460	11.865	4.743.170	4.515.501
<b>Comercial</b>	515.427	520.139	9.751	9.761	6.830.021	5.896.640
<b>Rural</b>	359.804	362.325	3.236	3.346	1.904.854	1.563.204
<b>Poderes públicos</b>	63.891	63.350	1.243	1.172	970.441	770.753
<b>Iluminação pública</b>	10.181	12.300	2.007	2.035	1.064.449	826.758
<b>Serviço público</b>	11.108	10.786	2.103	2.173	1.382.926	1.175.575
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.851</b>	<b>51.296</b>	<b>35.685.021</b>	<b>30.370.260</b>
Consumo próprio	-	-	34	34	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(234.693)	260.678
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(14.970.379)	(13.439.340)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.885</b>	<b>51.331</b>	<b>20.479.949</b>	<b>17.192.598</b>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	3.111	2.158	779.717	624.782
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	11.430	13.876	3.341.761	3.279.519
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(147.576)	(124.255)
<b>Energia elétrica de curto prazo</b>	<b>6.914</b>	<b>8.453</b>	<b>1.696.478</b>	<b>1.128.085</b>	<b>21.455</b>	<b>24.488</b>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>10.161.861</b>	<b>9.951.454</b>	<b>49.885</b>	<b>51.331</b>	<b>20.479.949</b>	<b>17.192.598</b>
Recicla pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	15.117.956	13.562.

**State Grid Brazil Power Participações S.A. - CNPJ nº 26.002.119/0001-97**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo está exposto. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

Ativo	Nota explicativa	Categoria/Mensuração	Nível (*)	Consolidado	
				31/12/2021	31/12/2020
				Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	2.610.344	2.610.344
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	1.572.531	1.572.531
Derivativos	32	(a)	Nível 2	1.347.333	1.347.333
Derivativos - outros	32	(a)	Nível 3	508	508
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	13.281.686	13.281.686
<b>Total</b>				<b>18.812.402</b>	<b>18.812.402</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	(b)	Nível 2 (**)	6.790.629	6.767.264
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	18	(a)	Nível 2	7.654.594	7.654.595
Debêntures - principal e encargos	19	(b)	Nível 2 (**)	6.552.699	6.379.869
Debêntures - principal e encargos (**)	19	(a)	Nível 2	1.400.303	1.400.303
Derivativos	32	(a)	Nível 2	86.195	86.195
Derivativos - outros	32	(a)	Nível 3	5.067	5.067
<b>Total</b>				<b>22.489.488</b>	<b>22.293.293</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 243.459 em 2021 (um ganho de R\$ 98.965 em 2020). (\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7.

**Legenda: Categoria/Mensuração:** (a) - Valor justo contra o resultado; (b) - Mensurados ao custo amortizado. A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) contas a receber - CDE, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, (vi) convênios de arrecadação, (vii) ativo financeiro setorial e (viii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCT/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários - CDE, e (x) passivo financeiro setorial. Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis. Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A Companhia registra no consolidado, em "Investimentos em instrumentos patrimoniais" a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor justo, o qual o custo representa a sua melhor estimativa, uma vez que não há informações recentes disponíveis para apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48/IFRS 9. **b) Instrumentos derivativos:** O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a controlada CPFL Energia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19. Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 18 e 19). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda/indexador	Moeda/indexador	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	840.098	(14.528)	825.570	899.888	(74.317)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,99%) ou do CDI ou CDI + (0,78% a 3,66%)	104,6% a 106,40%	mai/19 a fev/25	3.916.145
Empréstimos bancários - Lei 4.131	420.288	—	420.288	464.275	(43.987)	Euro + 0,43% a 0,82%	102,6% a 103,5%	mai/21 a mar/25	1.944.270
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	86.946	(33.857)	53.089	145.968	(92.879)	IPCA + 4,3% a 5,8%	104,3% a 111,07%	ago/24 a maio/31	1.370.600
Empréstimos bancários - Lei 4.131	—	(37.810)	(37.810)	(639)	(37.171)	6,16% a 7,38%	102,6% a 108,8%	mar/24 a jun/24	572.000
<b>Subtotal proteção de dívidas</b>	<b>1.347.333</b>	<b>(86.195)</b>	<b>1.261.137</b>	<b>1.509.491</b>	<b>(248.354)</b>				
<b>Outros derivativos <sup>(2)</sup></b>									
Termo de Mercadoria (alumínio)	—	(990)	(990)	—	(990)	alumínio (US\$/ton)		ago/21 a jan/22	3.002
NDF Dólar	508	—	508	356	152	US\$		ago/21 a jan/22	4.326
NDF	—	(4.018)	(4.018)	(1.620)	(2.397)	US\$		jan/22 a jun/22	76.510
NDF	—	(60)	(60)	(55)	(5)	EUR		mar/22	479
<b>Subtotal outros</b>	<b>508</b>	<b>(5.067)</b>	<b>(4.559)</b>	<b>(1.319)</b>	<b>(3.240)</b>				
<b>Total</b>	<b>1.347.841</b>	<b>(91.262)</b>	<b>1.256.578</b>	<b>1.508.172</b>	<b>(251.594)</b>				
<b>Circulante</b>	<b>357.350</b>	<b>(5.067)</b>							
<b>Não circulante</b>	<b>990.491</b>	<b>(86.196)</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 18 e 19. <sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma. <sup>(2)</sup> Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Para dívidas designadas a valor justo	1.966.378	308.397	(765.284)	1.509.491
Outros	(978)	34.709	(35.050)	(1.319)
Marcação a mercado (*)	118.018	(369.612)	—	(251.594)
<b>Total</b>	<b>2.083.418</b>	<b>(26.506)</b>	<b>(800.334)</b>	<b>1.256.578</b>
<b>Ativo - circulante</b>	<b>744.660</b>	—	—	<b>357.350</b>
<b>Ativo - não circulante</b>	<b>1.340.113</b>	—	—	<b>990.491</b>
<b>Passivo - circulante</b>	<b>(1.354)</b>	—	—	<b>(5.067)</b>
<b>Passivo - não circulante</b>	<b>—</b>	—	—	<b>(86.196)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 368.958 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 654 para outros derivativos.

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Para dívidas designadas a valor justo	515.591	2.360.808	(910.021)	1.966.378
Outros	52	8.137	(9.167)	(978)
Marcação a mercado (*)	99.893	18.126	—	118.018
<b>Total</b>	<b>615.536</b>	<b>2.387.071</b>	<b>(919.188)</b>	<b>2.083.418</b>
Ativo - circulante	281.326	—	—	744.660
Ativo - não circulante	369.767	—	—	1.340.113
Passivo - circulante	(29.400)	—	—	(1.354)
Passivo - não circulante	(6.157)	—	—	—

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 23.659 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 5.534 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 18 e 19). O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido/operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021	2020	2021	2020
Varição de taxas de juros	118.694	32.710	—	—
Marcação a mercado	(193.503)	6.589	(3.268)	(3.767)
Varição cambial	224.412	2.336.235	—	—
Marcação a mercado	(186.048)	31.956	13.207	(16.651)
<b>Total</b>	<b>(36.445)</b>	<b>2.407.489</b>	<b>9.940</b>	<b>(20.418)</b>

**c) Ativos financeiros da concessão:** Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no exercício de 2021 foi de R\$ 1.164.707 (R\$ 388.394 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11 e 26. **d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. **e) Análise de sensibilidade:** O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma o Grupo está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

**Diretoria**

**BO WEN**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Vice-Presidente

**Contadora**

**KATIA APARECIDA DE SOUZA ABATE**  
CRC SP-172089/O-8

**e.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Receita (despesa) Apreciação/Depreciação cambial de 25%(c)	Apreciação/Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(5.404.376)		(568.668)	(2.061.929)	(3.555.189)
Derivativos - swap plain vanilla	5.299.099		557.590	2.021.762	3.485.934
	(105.277)	alta dólar	(11.078)	(40.167)	(69.255)
Instrumentos financeiros passivos	(2.363.608)		(273.798)	385.553	1.044.905
Derivativos - swap plain vanilla	2.398.268		277.813	(391.207)	(1.060.227)
<b>Total</b>	<b>34.660</b>	baixa euro	<b>4.015</b>	<b>(5.654)</b>	<b>(15.322)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>	<b>(70.617)</b>		<b>(7.063)</b>	<b>(45.821)</b>	<b>(84.577)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>1.026</b>	<b>3.111</b>	<b>5.197</b>
			<b>(8.089)</b>	<b>(48.932)</b>	<b>(89.774)</b>

Instrumentos	Exposição (US\$ mil)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50% (c)
Termo de Mercadoria (alumínio)	3.002	(d) baixa alumínio (US\$/ton)	—	(2.706)	(3.443)
NDF Dólar	4.326	(d) baixa dólar	—	(6.030)	(12.060)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar e R\$ 6,33 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,17 e R\$ 7,06 e a depreciação cambial de 10,52% e 11,58%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2021. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano, e a taxa base de desvalorização considerando o vencimento de cada contrato. Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um passivo, o risco é alta do dólar, portanto o câmbio e depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Para o euro e demais instrumentos, por serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **e.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	3.251.879				396.404	495.505	594.606
Instrumentos financeiros passivos	(6.203.432)				(756.198)	(945.248)	(1.134.298)
Derivativos - swap plain vanilla	(8.074.337)				(804.262)	(1.230.327)	(1.476.393)
	<b>(11.025.890)</b>	alta CDI	<b>4,40%</b>	<b>12,19%</b>	<b>(1.344.056)</b>	<b>(1.680.070)</b>	<b>(2.016.085)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(186.535)				(12.367)	(15.459)	(18.551)
	<b>(186.535)</b>	alta IGP-M	<b>17,79%</b>	<b>6,63%</b>	<b>(12.367)</b>	<b>(15.459)</b>	<b>(18.551)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(455.448)				(27.691)	(34.614)	(41.537)
Instrumentos financeiros passivos	(7.498.282)				(404.907)	(303.680)	(202.454)
Derivativos - swap plain vanilla	1.512.837				81.693	61.270	40.847
Instrumentos financeiros ativos	13.393.375				723.242	542.432	361.621
	<b>7.407.930</b>	baixa IPCA	<b>10,06%</b>	<b>5,40%</b>	<b>400.028</b>	<b>300.022</b>	<b>200.014</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	3.190.475				388.919	291.689	194.459
	<b>3.190.475</b>	baixa SELIC	<b>4,40%</b>	<b>12,19%</b>	<b>388.919</b>	<b>291.689</b>	<b>194.459</b>
<b>Total</b>	<b>(1.069.469)</b>				<b>(595.167)</b>	<b>(1.138.432)</b>	<b>(1.681.700)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>213</b>	<b>(263)</b>	<b>(740)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>(595.380)</b>	<b>(1.138.169)</b>	<b>(1.680.960)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável. **f) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias. **Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias:** A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial